

A LINGUÍSTICA TEXTUAL E SEUS MAIS RECENTES AVANÇOS¹⁶

Este texto apresenta os mais recentes avanços da linguística textual, a partir do exame das etapas da evolução dos estudos do texto. Para tanto, apresentam-se os três passos da evolução dos estudos do texto (análises transfrásticas, gramáticas textuais, teorias de texto). Na última parte do trabalho, discute-se a conceituação do texto como processo (e não como produto), e o papel do contexto interacional na apreensão dos sentidos do texto.

1. O percurso da linguística textual

A adoção do texto e do discurso como unidade básica dos estudos linguísticos não foi um processo unitário e uniforme, já que houve várias orientações, às quais correspondiam propostas teórico-metodológicas diversas. De forma genérica, essas propostas podem ser agrupadas em duas tendências: a análise do discurso de linha francesa e a linguística textual, oriunda, sobretudo dos países germânicos (Alemanha, Países-Baixos) ou do Reino Unido. Na primeira, as preocupações dominantes são o sujeito da enunciação (um ser situado num dado momento histórico), os sentidos que ele produz e a ideologia que subjaz à sua mensagem. A linguística textual tinha por objeto específico os processos de construção textual, por meio dos quais os participantes do ato comunicativo criam sentidos e interagem com outros seres humanos.

Na sequência do texto, são expostos os três passos principais da evolução da linguística textual: as análises transfrásticas; a gramática de texto; a teórica do texto.

¹⁶ Fonte: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/5/06.htm>>

2. Análises transfrásticas

As análises transfrásticas ainda não consideram o texto como o objeto de análise, pois o percurso ainda é da frase para o texto. Aliás, as análises transfrásticas surgiram a partir da observação de que certos fenômenos não poderiam ser explicados pelas teorias vigentes na época (estruturalismo e gramática gerativa), por ultrapassarem os limites da frase simples e complexa: a correferenciação (anáfora); a correlação de tempos verbais (“*consecutio temporum*”); o uso de conectores interfrasais; o uso de elementos e indefinidos. Veja-se o exemplo a seguir:

(01)	“O que os escândalos do governo Lula mostram é um antídoto à desculpa tipicamente nacional de que corrupção existe em todo lugar. Afinal revelam um padrão que, como gosta de dizer o presidente, “nunca, em 500 anos de história”, foi muito diferente do que é agora. Portanto, têm uma especificidade, e sem olhar para ela, o problema não será combatido e atenuado” (Daniel Piza, “O labirinto da corrupção”, <i>O Estado de S. Paulo</i> , 3/7/05, D3, p. 03)
------	--

Verifique-se, no fragmento acima, a presença dos conectores interfrásticos (*afinal*, *portanto*); a presença de relações anafóricas entre termos situados em frases diferentes (*o presidente*, retomando Lula; as elipses – *afinal* Ø revelam; Ø têm – que remetem *escândalos*; *o problema*, referindo-se à *corrupção*); o emprego dos tempos verbais (presente e futuro).

Se observados a partir de uma perspectiva textual, os elementos citados (anafóricos, conectores, tempos verbais) passam a ser encarados a partir de uma perspectiva diferenciada. Com efeito, os anafóricos deixam de ser considerados meros substitutos (termo que entra no lugar de outro) e passam a ser vistos como termos que possibilitam a retomada do dado, para que a ele sejam acrescidas novas informações. Assim, a retomada de *Lula* por *o presidente* indica que ele sabe da existência da corrupção. Os conectivos *afinal* e *portanto* têm um nítido papel argumentativo: o primeiro introduz um fragmento que retoma o que foi dito e, ao mesmo tempo, encaminha o leitor para uma conclusão. Já *portanto* encaminha o leitor para as conclusões desejadas pelo autor.

Os autores dessa fase valorizaram sobretudo o estudo dos vínculos interfrásticos (elementos coesivos). Nesse sentido, Roland Harweg (1968) define texto como “uma seqüência pronominal ininterrupta” e menciona como uma de suas (do texto) principais características o fenômeno do múltiplo referenciamento. Horst Isenberg (1971) conceitua texto como uma

“sequência coerente de enunciados” e enfatiza o papel dos elementos coesivos no estabelecimento da coerência textual.

O papel atribuído aos elementos coesivos no estabelecimento do sentido global do texto, porém, foi questionado quando se verificou que os citados elementos não são essenciais para a compreensão do sentido global do texto. Vejam-se os exemplos a seguir:

(02)

(2a)	Não vi o acidente: não posso apontar o culpado.
(2b)	Não vi o acidente: naquela hora, tinha acabado de entrar na / loja.
(2c)	Não vi o acidente, contaram-me que ele não respeitou a preferencial.

Mesmo com a ausência de conectivos; ouvinte/leitor tem a capacidade de construir o significado global da sequência, porque pode estabelecer as relações lógico-argumentativas entre as partes dos enunciados:

2a: relação conclusiva (portanto).

2b: relação explicativa (pois).

2c: relação adversativa (porém).

Em outros textos, verifica-se que a presença de elementos coesivos não basta para assegurar o sentido global ao texto:

(03)

Ivo viu <i>a uva</i> . <i>A uva é verde</i> . <i>A vagem também é verde</i> . Vovó cozinha <i>a vagem</i> .
--

A necessidade de considerar o conhecimento intuitivo do falante na construção do sentido global do enunciado e no estabelecimento das relações entre as sentenças, e o fato de vínculos coesivos não assegurarem unidade ao texto conduzem à construção de outra linha de pesquisa. Nessa nova linha, procurou-se considerar o texto não apenas como uma lista de frases, mas um todo, dotado de unidade própria.

3. *Gramáticas de texto*

De acordo com Luiz Antônio Marcuschi (1999), as gramáticas textuais, pela primeira vez, propuseram o texto como o objeto central da linguística e, assim, procuraram estabelecer um sistema de regras finito e recorrente, partilhado (internalizado) por todos os usuários de uma língua. Esse sistema de regras habilitaria os usuários a identificar se uma dada

sequência de frases constitui (ou não) um texto e se esse texto é bem formado.

Esse conjunto de regras constitui a competência textual de cada usuário e permite aos usuários diferenciar entre um conjunto aleatório de palavras ou frases, ou um texto dotado de sentido pleno. Outras manifestações dessa competência são a capacidade de resumir ou parafrasear um texto, perceber se ele está completo ou incompleto, produzir outros textos a partir dele, atribuir-lhe um título, diferenciar as partes constitutivas do mesmo e estabelecer as relações entre essas partes.

Michel Charolles (1983) admite que o falante possui três competências básicas:

- a) Competência formativa: permite ao usuário produzir e compreender um número infinito de texto e avaliar, de modo convergente, a boa ou má formação de um texto.
- b) Competência transformativa: refere-se à capacidade de resumir um texto, parafraseá-lo, reformulá-lo, ou atribuir-lhe um título, assim como de avaliar a adequação do resultado dessas atividades.
- c) Competência qualificativa: concerne à capacidade de o usuário identificar o tipo ou gênero de um dado tipo, bem como à possibilidade de produzir um texto de um tipo particular.

As gramáticas de texto tiveram o mérito de estabelecer duas noções basilares para a consolidação dos estudos concernentes ao texto/discursão. A primeira é a verificação de que o texto constitui a unidade linguística mais elevada e se desdobra ou se subdivide em unidades menores, igualmente passíveis de classificação. As unidades menores (inclusive os elementos léxicos e gramaticais) devem sempre ser considerados a partir do respectivo papel na estruturação da unidade textual. A segunda noção básica constitui o complemento e a decorrência da primeira noção enunciada: não existe continuidade entre frase e texto, uma vez que se trata de entidades de ordem diferente e a significação do texto não constitui unicamente o somatório das partes que o compõem.

Apesar dos avanços apontados, cabe reconhecer alguns problemas na formulação das gramáticas textuais. O primeiro é a conceituação do texto como uma unidade formal, dotada de uma estrutura interna e gerada a partir de um sistema finito de regras, internalizado por todos os usuários da língua. Esse sistema finito de regras constituiria a gramática textual de uma língua, semelhante, em sua formulação, à gramática gerativa da sentença, de Chomsky. Ora, fica difícil propor um percurso gerativo para o texto, pelo fato de ele não constituir uma unidade estrutural, originária de

uma estrutura de base e realizada por meio de transformações sucessivas. Outro problema das gramáticas de texto é a separação entre as noções de texto (unidade estrutural, gerada a partir da competência de um usuário idealizado e descontextualizado) e discurso (unidade de uso). Essa separação é injustificada, pois o texto só pode ser compreendido a partir do uso em uma situação real de interação. Foi a partir das considerações anteriores que os estudiosos iniciaram a elaboração de uma *teoria de texto*, que discutisse a constituição, o funcionamento, a produção dos textos em uso numa situação real de interação verbal.

4. Linguística textual

Como lembra Luiz Antônio Marcuschi (1998), no final da década de setenta, o enfoque deixa de ser a competência textual dos falantes e, assim, passa-se a considerar a noção de *textualidade*, assim estabelecida por Robert Alain de Beaugrande e Wolfgang Ulrich Dressler (1981): “modo múltiplo de conexão ativado sempre que ocorrem eventos comunicativos”. Outras noções relevantes da linguística textual são o *contexto* (genericamente, o conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto) e *interação* (pois o sentido não está no texto, mas surge na interação entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte).

Essa nova etapa no desenvolvimento da linguística de texto decorre de uma nova concepção de língua (não mais um sistema virtual autônomo, um conjunto de possibilidades, mas um sistema real, usado em determinados contextos comunicativos) e um novo conceito de texto (não mais encarado como um produto pronto e acabado, mas um processo, uma unidade em construção). Com isso, fixou-se como objetivo a ser alcançado a análise e explicação da unidade texto em funcionamento e não a apreensão das regras subjacentes a um sistema formal abstrato. A linguística textual, nesse estágio de sua evolução, assume nitidamente uma feição interdisciplinar, dinâmica, funcional e processual, que não considera a língua como entidade autônoma ou formal. (MARCUSCHI, 1998)

4.1. O texto como processo

A linguística textual parte do pressuposto de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de modo que o agente dispõe de modelos e tipos de operações mentais. No

caso do texto, consideram-se os processos mentais de que resulta o texto, numa abordagem procedimental. De acordo com Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (2004), nessa abordagem “os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos na memória que necessitam ser ativados para que a atividade seja coroada de sucesso”. Essas atividades geram expectativas, de que resulta um projeto nas atividades de compreensão e produção do texto.

A partir da noção de que o texto constitui um processo, Wolfgang Heinemann e Dieter Viehweger (1991) definem quatro grandes sistemas de conhecimento, responsáveis pelo processamento textual:

- a) *Conhecimento linguístico*: corresponde ao conhecimento do léxico e da gramática, responsável pela escolha dos termos e a organização do material linguístico na superfície textual, inclusive dos elementos coesivos.
- b) *Conhecimento enciclopédico ou de mundo*: compreende as informações armazenadas na memória de cada indivíduo. O conhecimento do mundo compreende o conhecimento declarativo, manifestado por enunciações acerca dos fatos do mundo (“O Paraná divide-se em trezentos e noventa e nove municípios”; “Santos é o maior porto da América Latina”) e o conhecimento episódico e intuitivo, adquirido através da experiência (“Não dá para encostar o dedo no ferro em brasa”).

Ambas as formas de conhecimento são estruturadas em modelos cognitivos. Isso significa que os conceitos são organizados em blocos e formam uma rede de relações, de modo que um dado conceito sempre evoca uma série de entidades. É o caso de *futebol*, ao qual se associam: *clubes, jogadores, uniforme, chuteira, bola, apito, arbitro...* Aliás, graças a essa estruturação, o conhecimento enciclopédico transforma-se em conhecimento procedimental, que fornece instruções para agir em situações particulares e agir em situações específicas.

- a) *Conhecimento interacional*: relaciona-se com a dimensão interpessoal da linguagem, ou seja, com a realização de certas ações por meio da linguagem. Divide-se em:
 - Conhecimento ilocucional: referentes aos meios diretos e indiretos utilizados para atingir um dado objetivo;
 - Conhecimento comunicacional: ligado ao anterior, relaciona-se com os meios adequados para atingir os objetivos desejados;
 - Conhecimento metacomunicativo: refere-se aos meios empregados para prevenir e evitar distúrbios na comunicação (procedimentos de atenuação, paráfrases, parênteses de esclarecimento, entre outros).

- b) *Conhecimento acerca de superestruturas ou modelos textuais globais*: permite aos usuários reconhecer um texto como pertencente a determinado gênero ou tipo.

4.2. Contexto e interação

O processamento do texto depende não só das características internas do texto, como do conhecimento dos usuários, pois é esse conhecimento que define as estratégias a serem utilizadas na produção/recepção do texto. Todo e qualquer processo de produção de textos caracteriza-se como um processo ativo e contínuo do sentido, e liga-se a toda uma rede de unidades e elementos suplementares, ativados necessariamente em relação a um dado contexto sociocultural. Dessa forma, pode-se admitir que a construção do sentido só ocorre num dado contexto.

Aliás, segundo Dan Sperber e Deidre Wilson (1986, p. 109 e ss.) o contexto cria efeitos que permitem a interação entre informações velhas e novas, de modo que entre ambas se cria uma implicação. Essa implicação só é possível porque existe uma continuidade entre texto e contexto e, além do mais, a cognição é um fenômeno situado, que acontece igualmente dentro da mente e fora dela.

O sentido de um texto e a rede conceitual que a ele subjaz emergem em diversas atividades nas quais os indivíduos se engajam. Essas atividades são sempre situadas e as operações de construção do sentido resultam de várias ações praticadas pelos indivíduos, e não ocorrem apenas na cabeça deles. Essas ações sempre envolvem mais de um indivíduo, pois são ações conjuntas e coordenadas: o escritor/falante tem consciência de que se dirige a alguém, num contexto determinado, assim como o ouvinte/leitor só pode compreender o texto se o inserir num dado contexto. A produção e a recepção de textos são, pois, atividades situadas e o sentido flui do próprio contexto.

Essa nova perspectiva deriva do caráter dialógico da linguagem: o ser humano só se constrói como ator e agente e só define sua identidade em face do outro. O ser humano só o é em face do outro e só define como tal numa relação dinâmica com a alteridade (BAKHTIN, 1992). A compreensão da mensagem é, desse modo, uma atividade interativa e contextualizada, pois requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes e habilidades e a inserção desses saberes e habilidades no interior de um evento comunicativo.

O sentido de um texto é construído (ou reconstruído) na interação texto-sujeitos (ou texto-coenunciadores) e não como algo prévio a essa interação. A coerência, por sua vez, deixa de ser vista como mera propriedade ou qualidade do texto, e passa a ser vista ao modo como o leitor/ouvinte, a partir dos elementos presentes na superfície textual, interage com o texto e o reconstrói como uma configuração veiculadora de sentidos.

5. Conclusão

Cabe assinalar, em forma de conclusão, que essa nova visão acerca de texto, contexto e interação resulta, inicialmente, de uma contribuição relevante, proporcionada pelos estudiosos das ciências cognitivas: a ausência de barreiras entre exterioridade e interioridade, entre fenômenos mentais e fenômenos físicos e sociais. De acordo com essa nova perspectiva, há uma continuidade entre cognição e cultura, pois esta é apreendida socialmente, mas armazenada individualmente.

Ressalta-se, também, a evolução da noção de contexto. Para a análise transfrástica o contexto era apenas o cotexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes, a um dado enunciado). Já para a gramática de texto contexto é a situação de enunciação, conceito que foi ampliado para abranger, na linguística textual, o entorno sociocultural e histórico comum aos membros de uma sociedade e armazenado individualmente em forma de modelos cognitivos. Atualmente, o contexto é representado pelo espaço comum que os sujeitos constroem na própria interação.